

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.258.389 - MG (2018/0051445-9)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**AGRAVADO : GUSTAVO DE PAULA PINTO MENDES**  
**ADVOGADOS : LILIANE PORTO NASCIMENTO - MG124706**  
**BRUNA HELENA REIS CLAUDIO - MG161460**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – MPE contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal – CF, em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – TJMG.

Consta dos autos que em desfavor do agravado foram deferidas medidas protetivas de urgência previstas na Lei n. 11.340/06 (fls. 5/7). Ante o descumprimento, o MPE denunciou o agravado pela prática do delito tipificado no art. 359, combinado com o art. 61, II, "f", ambos do CP. A denúncia foi rejeitada (fls. 19/21).

Irresignado, o MPE interpôs recurso em sentido estrito que foi desprovido. O acórdão ficou assim ementado:

**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI 11.343/06 - DESCUMPRIMENTO - CRIME DE DESOBEDIÊNCIA - FATO ATÍPICO - MANUTENÇÃO DO ATO COMBATIDO - IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL - RECURSO DESPROVIDO.**

*A conduta do acusado de descumprir medidas protetivas fixadas com base na Lei 11.340/06 não configura o delito previsto no art. 359, do Código Penal. V.V.: 1. O descumprimento de medidas protetivas fixadas em favor da vítima, nos termos da Lei 11.340/06, configura o tipo penal previsto no art. 330 do Código Penal, e não aquele estatuído no art. 359 do mesmo diploma legal, sendo pertinente a reclassificação, por esta instância, com base no art. 383 do Código de Processo Penal, pelo que deve a denúncia ser recebida, quanto a esse aspecto, levando-se em conta, a desobediência a ordem legal de funcionário público (fl. 90).*

Embargos de declaração opostos pelo MPE foram rejeitados (fls. 115/120).

Em sede de recurso especial, o MPE apontou violação aos artigos 283,

302, 312 e 313, todos do CPP, e violação ao art. 359 do CP, porque o Tribunal de origem, adotando entendimento desta Corte, não considerou o descumprimento de medidas protetivas como crime de desobediência.

Aduz que a melhor interpretação da tipicidade do crime de desobediência, escorada em posicionamentos doutrinários e na lei processual penal, é aquela que trata como típica a desobediência de decisão judicial que imponha medida protetiva de urgência em razão de infração penal praticada contra a mulher.

Destaca que todo crime punido com pena privativa de liberdade comporta aplicação de medidas cautelares e nem por isso deixa de ser crime; e que a prisão preventiva, para ter natureza cautelar, deve estar vinculada a um processo principal, no caso a ação penal de desobediência.

Pondera, ainda, que se o descumprimento não configura o crime, a intervenção do Estado em situação de flagrante ficaria limitada, considerando-se delito apenas a desobediência de ordem da força policial.

Ainda, não seria cabível a prisão preventiva em casos pendentes de instauração da ação penal pelo crime que acarretou a imposição de medidas protetivas.

Por fim, ressalta a relevância constitucional da questão, pelo princípio da proporcionalidade que proíbe a proteção insuficiente, com reflexos na proteção da mulher, conforme art. 226, § 8º, da CF.

Requeru o provimento do recurso especial para que seja recebida a denúncia pela prática do delito tipificado no art. 359 do CP.

Contrarrazões (fls. 171/180).

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial haja vista o acórdão recorrido estar de acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça – STJ, conforme Súmula 83/STJ (fls. 181/182).

Em agravo em recurso especial, o MPE refutou o referido óbice (fls. 224/237).

Contraminuta às fls. 244/254.

O Ministério Público Federal – MPF opinou pelo conhecimento do agravo em recurso especial e desprovimento do recurso especial (fls. 265/267).

É o relatório. Decido.

Atendidos os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

O Tribunal de origem manteve a rejeição da denúncia porque o descumprimento de medida protetiva não configura o delito do art. 359 do CP. Cito o trecho:

*Pois bem, sobre o tema, adoto a corrente doutrinária de que a conduta do acusado de descumprir medidas protetivas fixadas com base na Lei 11.340/06 não configura o delito previsto no art. 359, do Código Penal, bem como a prisão preventiva, ainda que decretada pelo descumprimento de medidas protetivas de urgência, não tem natureza de pena, ou seja, não podem ser denominadas como sanções, vez que qualquer penalidade somente pode ser aplicada mediante o devido processo legal e se garantidos os direitos de ampla defesa e contraditório.*

*A denúncia oferecida em desfavor do recorrido, pela prática do delito em voga, não prospera, pois a sanção legal prevista em lei em casos de descumprimento das medidas protetivas, é a decretação da prisão preventiva. Ou seja, o descumprimento da medida protetiva justifica a decretação da prisão preventiva, mas não tem o caráter de condenação isolada/autônoma pelo crime de desobediência (fl. 92).*

No mesmo sentido, ou seja, pela atipicidade da conduta, cito precedentes:

**PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS. CRIME DE DESOBEDIÊNCIA A DECISÃO JUDICIAL. ART. 359 DO CP. ABSOLVIÇÃO. ATIPICIDADE DA CONDUTA. CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS PRÓPRIAS. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE.**

*1. Nos termos de entendimento pacífico no âmbito desta Corte, o descumprimento de decisão que impõe medida protetiva de urgência prevista na Lei n. 11.340/2006 não configura o crime e desobediência previsto no art. 359 do Código Penal, podendo importar a imposição de outras medidas legais cabíveis. Precedentes.*

*2. Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp 1226600/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 12/06/2018).*

**REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DECIDIDO MONOCRATICAMENTE. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. INOCORRÊNCIA.**

*[...]*

**AMEAÇA. CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. DOSIMETRIA. AUMENTO DA PENA-BASE. PROPORCIONALIDADE. RECURSO IMPROVIDO.**

[...]

*CRIME DE DESOBEDIÊNCIA. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA PROTETIVA. ATIPICIDADE DA CONDUTA. FLAGRANTE ILEGALIDADE. HABEAS CORPUS. CONCESSÃO DE OFÍCIO.*

*1. O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que o crime de desobediência é subsidiário, configurando-se apenas quando, desrespeitada ordem judicial, não existir sanção específica ou não houver ressalva expressa no sentido da aplicação cumulativa do Código Penal.*

*2. Considerando-se a existência de medidas próprias na Lei n.º 11.340/2006 e a cominação específica do art. 313, inciso III, do Código de Processo Penal, o descumprimento de medidas protetivas de urgência não configura o crime de desobediência.*

*3. Agravo regimental desprovido. Ordem concedida de ofício para absolver o acusado pela imputação do artigo 359 do Código Penal, por atipicidade da conduta (AgRg no AREsp 539.828/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 06/11/2017).*

Ante o exposto, admito o agravo em recurso especial e, com fundamento na Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator